

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Exmo. Sr. Dr. João Sennfelt, do Núcleo Executivo da Comissão Nacional de Reestruturação dos Serviços de Saúde Mental e representante da Sr.^a Secretária do Estado Adjunta e da Saúde;

Caros colegas e restantes participantes:

Espero que tenham tido um excelente dia de trabalho e em nome da Direcção gostaria de agradecer a todos os presentes a preciosa colaboração neste I Encontro Nacional da FNERDM.

Graças à vossa participação penso termos atingido os 3 objectivos enunciados na sessão de abertura: foi criada uma oportunidade de formação e aprofundamento dos conhecimentos dos profissionais em domínios inovadores e pertinentes para reabilitação psicossocial, bem como de um momento de proximidade, contacto e partilha entre colaboradores das entidades associadas com a colaboração de profissionais conceituados nas temáticas debatidas. É nosso objectivo apresentar os resultados, nomeadamente, as propostas e recomendações debatidas na Sessão Alargada desta tarde, à Comissão Nacional para a Reestruturação dos Serviços de Saúde Mental, Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração da Pessoa com Deficiência e à Comissão Nacional para os Cuidados Continuados Integrados no sentido de uma maior participação no desenvolvimento das políticas de saúde e reabilitação psicossocial mais adequadas às necessidades das pessoas com problemas de saúde mental.

Deste modo, cabe-me fazer um resumo dos trabalhos realizados nesta manhã bem como dos desafios e propostas discutidos hoje pelas Entidades de Reabilitação.

Na Mesa Doença Mental e Direitos Humanos o grupo defendeu como prioridades nacionais:

- 1) Uma maior participação das famílias e dos utentes na formação dos profissionais
- 2) Mais informação sobre a doença mental para as famílias e população em geral (campanhas anti-discriminação)
- 3) Existência de advogados especializados em direitos humanos/saúde (semelhança do que acontece na Austrália e Nova Zelândia) – existe uma falta de profissionais desta área e de financiamento

- 4) A inclusão de informação sobre a doença mental nos currículos escolares (ensino primário à universidade)
- 5) Implementação/Cumprimento das leis existentes

Na Mesa Recovery e Participação foram debatidas ideias relacionadas com os profissionais e visão de recovery, nomeadamente a mudança de mentalidade destes, a importância da ajuda inter-pares, de respeitar as escolhas, direitos e vontades dos utentes de viverem as suas próprias vidas e terem os seus próprios interesses, a aceitação da parte dos profissionais da ajuda dos utentes (eles é que sabem qual a ajuda que necessitam – quanto, quando e como).

O profissional deve ser um “construtor de pontes” apoiando a pessoa no sentido desta atingir os seus objectivos!

Já na Sessão Alargada foram debatidas algumas propostas das ONGs de reabilitação Psicossocial no sentido de promover a saúde mental e inclusão social da pessoa com problemas de saúde mental relativas aos seguintes:

- 1) Perspectivas/filosofias dos programas de reabilitação
- 2) Localização/contexto das respostas de reabilitação
- 3) Adequação e funcionamento dos serviços de reabilitação psicossocial
- 4) Formação dos diversos intervenientes no processo
- 5) Legislação e financiamento dos programas de RP
- 6) Informação e comunicação (campanhas, rede de referênciação)
- 7) Qualidade das respostas

Pensamos que todas estas questões são pertinentes na conjectura nacional e na construção de respostas que vão de encontro às directrizes mundiais, europeias e nacionais no respeito pelos direitos humanos.

Esperando que os trabalhos realizados tenham correspondido às expectativas dos presentes, agradeço a atenção dispensada.

Marta Ferraz
Tesoureira da Direcção